TRIBUNAL DE CONTAS
ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AUDITORIA

PARECER	:	**PAR-AUDITORIA-11101/2013**
PROCESSO TC/MS	:	**TC/04830/2012**
PROTOCOLO	:	**1295891**
ÓRGÃO	:	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APARECIDA DO TABOADO**
RESPONSÁVEIS	:	**ANDRÉ ALVES FERREIRA E APARECIDA SIRLEI CASACHI BERNADES DE MELO**
CARGO DO RESPONSÁVEL	:	**PREFEITO MUNICIPAL E SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**
ASSUNTO DO PROCESSO	:	**PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO DE 2011**
RELATOR	:	**MARISA JOAQUINA MONTEIRO SERRANO**

I – PREÂMBULO

1 – O processo em questão autuado neste Tribunal de Contas – **e.TCE** sob o nº TC/04830/2012, trata da **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APARECEIDA DO TABOADO – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2011**, de responsabilidade conjunta do Prefeito Municipal, **ANDRÉ ALVES FERREIRA**, e da Secretária Municipal de Saúde, **APARECIDA SIRLEI CASACHI BERNARDES DE MELO**, remetida a este Tribunal para julgamento de conformidade com o disposto no **inciso II** do **art. 21** da Lei Complementar Estadual nº 160, de 02 de janeiro de 2012, cuja formatação processual se deu na forma da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, que aprovou o Manual de Remessa de Informações, alterado pela Instrução Normativa nº 36, de 06 de junho de 2012.

2 – O processo é trazido à avaliação desta Auditoria, para emissão de parecer em cumprimento do que reza o **art. 1º** da **Portaria TC/MS nº 2/2012** c/c o **inciso III** do **art. 14** da LCE nº 160/2012.

3 – Anteriormente, esta Auditoria exarou sobre estas Contas em pauta o Parecer PAR-AUDITORIA-11649/2012 acostado à peça nº 30, ensejo em que opinou pela solicitação de providência pela razão exposta no mencionado Parecer, a qual foi acolhida pela Conselheira Relatora que notificou a Secretária Municipal de Saúde por intermédio do Of. nº. 1415/2012/MJMS acostado à peça nº 32, que compareceu aos autos do processo por meio das justificativas e documentos acostados à peça nº 36.

4 – A digna Inspetoria de Controle Externo, depois de examinar as peças supracitadas por meio da Análise Conclusiva ANC-6ICE-7490/2013 acostada à peça nº 40, considerou que as **IRREGULARIDADES** diligenciadas foram sanadas, em parte, permanecendo apenas a não remessa da peça inerente ao **Item 2.22 do Anexo III da Instrução**

Normativa TC/MS 01 de 21 de fevereiro de 1995, que trata do Inventário de Bens Móveis e Imóveis.

***5* –** Em face do exposto, a predita Inspetoria de Controle Externo, em conclusão se manifestou derradeiramente acerca destas Contas Anuais de Gestão na forma transcrita, a seguir:

> *"...somos de opinião que a presente Prestação de Contas do Fundo Municipal de Saúde de Aparecida do Taboado/MS referente ao exercício financeiro de 2011 sob a responsabilidade do Sr. André Alves Ferreira,* ***não encontra-se apta*** *a aprovação pelos seguintes motivos, o não encaminhamento dos documentos solicitados por Notificação desta Corte de Contas."*

(Não grifado no original)

É o relatório.

II – EXAME DE AUDITORIA

6 – Antes de adentrar no mérito do reexame da avaliação destas Contas é necessário considerar neste Parecer, a **IRREGULARIDADE** trazida à baila pela emérita Inspetoria de Controle Externo transcrita no **item 4** do **PREÂMBULO** deste Parecer, que em sua opinião é considerada motivo para denegar o julgamento destas Contas como **REGULAR**, sobre a qual esta Auditoria se manifesta na forma, a seguir:

6.1 – Não remessa do Inventário de Bens Móveis e Imóveis – ***Data vênia***, esta Auditoria não comunga com o posicionamento da digna Inspetoria de Controle Externo, tendo em vista que o seu pleito se deu como base no **Item 2.22** do **Anexo III** da Instrução Normativa TC/MS 01 de 21 de fevereiro de 1995, conquanto que a apresentação processual destas Contas está sob a égide da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, a qual de acordo com a **letra "B"** do **subitem 2.4** do **item 2** da **seção II** do **Anexo I** não exige a apresentação de tal peça para o Fundo Municipal de Saúde. Além disso, de acordo com os autos do processo é plenamente possível se constatar a

regularidade dos saldos da Conta Bens Móveis de R$ 1.546.909,39 e dos Bens Imóveis de R$ 874.314,69, conforme apurados na tabela, a seguir:

CONTAS	SALDO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2010	MUTAÇÕES PATRIMONIAS ATIVAS/PASSIVAS	SALDO BALANÇO PATRIMONIAL DE 2011
Bens Móveis	1.198.304,75	348.604,64	1.546.909,39
Bens Imóveis	552.053,12	27.011,00 295.250,57	874.314,69
TOTAL	**1.750.357,87**	**670.866,21**	**2.421.224,08**

Fonte: Anexo 14 – Balanço Patrimonial de 2010 e 2011 e Anexo 15 – Demonstração das Variações Patrimoniais acostados às peças nº 8 e 9 e Processo TC/3798/2011.

7 – Dando prosseguimento ao exame desta Prestação de Contas Anuais de Gestão, na forma da vigente ordem constitucional, legal, demais legislações pertinentes e das normas gerais de auditoria aplicadas à administração pública ficou constatado na sua avaliação o seguinte:

7.1 – CALENDÁRIO DAS OBRIGAÇÕES

7.1.1 – A Prestação de Contas Anuais de Gestão foi remetida **TEMPESTIVAMENTE** a este Tribunal, conforme se constata no carimbo do **CEDEX** de 30/03/2012 acostado à peça nº 2, atendendo o disposto na **letra "A"** do **subitem 2.4** do **item 2** da **seção II** do **Anexo I** da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 36, de junho de 2012.

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

7.2 – INSTRUÇÃO PROCESSUAL

7.2.1 – De acordo com o processo a Prestação de Contas Anuais de Gestão está instruída das peças exigidas na **letra "B"** do **subitem 2.4** do **item 2** da **seção II** do **Anexo I** da Instrução Normativa nº 35, de 14 de dezembro de 2011, alterada pela Instrução Normativa nº 36, de junho de 2012.

7.3 – CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E ADICIONAIS

7.3.1 – De acordo com a Análise Conclusiva ANC-6ICE-7490/2013 acostada na peça nº 40, a Lei Municipal nº 1.315/2010 - LOA autorizou para o Fundo créditos orçamentários na ordem de R$ 11.800.000,00.

7.3.2 – No exercício foram abertos créditos adicionais alterando o Orçamento do Fundo para R$ 12.923.881,75, conforme visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 11 e suas alterações se deram de acordo com as autorizações dos Decretos emitidos pelo Prefeito Municipal acostados à peça nº 20, bem como suas respectivas fontes de recursos guarda conformidade com os **incisos I** a **III** do **§ 1º** do **art. 43** da Lei Federal nº 4.320/1964.

7.4 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

7.4.1 – De acordo com o Anexo 10 - Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada acostado na peça nº 10 foi previsto para o Fundo receita própria na ordem de R$ 3.534.000,00 e arrecadado R$ 4.452.604,67, cuja previsão e realização deram-se de forma classificatória com o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, bem como com a Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG.

7.5 – EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

7.5.1 – Do total da despesa autorizada no montante de R$ 12.911.881,75 o Fundo executou empenhos de despesas na ordem de R$ 12.809.314,22, que pelo visto no Anexo 11 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada acostado à peça nº 11 sua fixação e realização deram-se de forma classificatória com o disposto na Lei Federal nº 4.320/1964, bem como com a Portaria nº 42/1999 do MPOG e Portaria Interministerial nº 163/2001 do MF e MPOG.

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

7.6 – TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS

7.6.1 – O Anexo 13 Balanço Financeiro acostado à peça nº 7 revela que o Fundo recebeu Transferências Financeiras do Tesouro Municipal no valor de R$ 8.582.738,27, a qual acrescida das receitas orçamentárias diretamente arrecadadas suas disponibilidades foram movimentadas e depositadas em instituições financeiras oficiais, conforme visto nas Conciliações Bancárias e Extratos acostados à peça nº 17, atendendo o disposto no **§ 3º** do **art. 164** da Constituição Federal.

7.7 – LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

7.7.1 – Conforme revela o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 8, as contas do Fundo apresentam **Superavit** de R$ 81.847,85, apurado pela diferença entre a disponibilidade financeira e o Passivo Financeiro, atendendo o disposto no **§ 1°** do **art. 1º** da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – LRF, sendo que no exercício foi apurado **Superavit** na ordem de R$ 226.028,72.

7.7.2 – Conforme disposto no ***caput*** do **art. 48** da LCF nº 101/2000 – LRF, a transparência e a publicidade da Prestação de Contas Anuais de Gestão foram asseguradas

mediante as publicações dos Balanços exigidos, conforme visto à peça nº.

7.8 – OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS

7.8.1 – Cumprimento do **inciso III** do **§ 2º** do **art. 198** c/c o **inciso III** do **art. 77** do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, por ter realizado no exercício despesas liquidadas nas ações e serviços públicos de saúde acima do percentual mínimo exigido de 15% (quinze por cento), calculado sobre o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o **art. 156** e dos recursos de que tratam os **arts. 158** e **159, I, b** e **§ 3º**, conforme demonstrado na tabela, a seguir:

RECURSOS CONSTITUCINAIS DESTINADOS PARA APLICAÇÃO COM AS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
ESPECIFICAÇÃO	**R$**	**%**
Receita Base Constitucional	31.714.099,26	100,00
Margem Legal a Realizar	4.757.114,89	15,00
Margem Realizada	7.420.396,48	23,40
Resultado do Exame	Regular	

Fonte: Análise Conclusiva acostada à peça nº 28.

7.9 – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.9.1 – O Anexo 12 - Balanço Orçamentário acostado à peça nº 6, o Anexo 13 - Balanço Financeiro acostado à

peça nº 7; o Anexo 14 - Balanço Patrimonial acostado à peça nº 8 e o Anexo 15 - Demonstração das Variações Patrimoniais acostada à peça 9 estão elaborados de acordo com os **arts. 102** a **105** da Lei Federal nº 4.320/1964, existindo consistência dentre os seus valores contábeis, pois se constatou no exame que **NADA FOI ENCONTRADO DE IRREGULAR** nos resultados de seus respectivos registros.

8 – AVALIAÇÃO DA LEGITIMIDADE E DA ECONOMICIDADE, esta será obtida mediante o controle externo por meio de processos próprios regimentais, conforme dispõe o **art. 21** do Provimento da Corregedoria TCEMS nº 01/1999 e pelo Sistema de Controle Interno, na forma que dispõe o ***caput*** do **art. 31** da Constituição Federal de 1988.

É o exame.

III – CONCLUSÃO

9 – Diante do exposto neste **Parecer** e considerando tudo que consta dos autos processo ficou constatado que a Prestação de Contas Anuais de Gestão em pauta foi executada de acordo com a vigente ordem constitucional e legal, conforme visto no **subitem 6.1** do **item 6** e **nos**

TC/MS
FLS. _____
RUB _____

subitens 7.1 a **7.9** do **item 7** da **Parte II EXAME DE AUDITORIA** deste Parecer, razões pelas quais esta Auditoria **opina:**

9.1 – Que o Tribunal Pleno com fundamento no que dispõe **inciso II** do **art. 21** c/c o **inciso I** do **art. 59** ambos da LCE nº 160/2012, julgue e considere **REGULAR** a **PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAIS DE GESTÃO** do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE APARECIDA DO TABOADO – MS**, inerente ao exercício financeiro de **2011**, de responsabilidade conjunta do Prefeito Municipal, **ANDRÉ ALVES FERREIRA**, e da Secretária Municipal de Saúde, **APARECIDA SIRLEI CASACHI BERNARDES DE MELO**.

10 – O Parecer ora exarado foi fundamentado no exame de documentos digitalizados de veracidade ideológica presumida, ficando, assim, portanto, ressalvadas quaisquer impropriedades e irregularidades porventura encontradas por meio de processos próprios regimentais.

É o parecer.

Campo Grande, 30 de agosto de 2013.

JOAQUIM MARTINS DE ARAÚJO FILHO
AUDITOR TCE/MS

magl